

**JUSTIÇA /** Ex-primeira-dama revela encontro "cordial" com o ministro do STF, em que pediu a prisão domiciliar para o marido. Aliados divergem sobre transferência de Bolsonaro da Superintendência da PF para a Papudinha

# Michelle reuniu-se com Moraes

» ALÍCIA BERNARDES  
» ROBERTO FONSECA

**A** ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro criticou publicamente, ontem, a manutenção do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em regime fechado após a primeira noite na Sala de Estado Maior do 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal, conhecido como Papudinha. Em publicação nas redes sociais — apagada minutos depois —, ela afirmou que "o lugar do meu marido é em casa", reiterando a avaliação de que a prisão é injusta e reforçando a defesa pela concessão de prisão domiciliar de caráter humanitário.

A transferência de Bolsonaro da Superintendência da Polícia Federal para a Papudinha ocorreu na quinta-feira, por determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. O ex-presidente cumpre pena de 27 anos e três meses de prisão por liderar uma trama golpista com o objetivo de se manter no poder. A decisão de Moraes estabeleceu que o local deveria garantir condições adequadas de segurança e atendimento médico compatíveis com a situação do réu.

Horas depois de ordenar a transferência de Bolsonaro para a Papudinha, o ministro Alexandre de Moraes participou da colação de grau da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Em um breve discurso, Moraes fez referência bem-humorada ao tempo de três minutos que lhe foi dado para falar no evento, relacionando com o dia de trabalho da Corte. "Durante breve discurso aos formandos, Moraes ironizou o tempo das falas anteriores e afirmou



Após revelar encontro com Alexandre de Moraes, Michelle Bolsonaro fez um apelo aos aliados: "Não me levem ao tribunal do julgamento pessoal"

que havia se contido. "Ninguém cumpriu os três minutos, o que quase me fez tomar algumas medidas, mas eu me contive hoje, acho que hoje já fiz o que tinha que fazer", declarou.

Horas antes da transferência, Michelle teve uma reunião com Alexandre de Moraes, a quem apresentou detalhes do estado de saúde do marido, na tentativa de convencê-lo a autorizar a prisão domiciliar humanitária. Segundo relato da ex-primeira-dama, o ministro foi cordial durante o

encontro, ouviu os argumentos da defesa, e ela saiu satisfeita com a receptividade, embora a decisão posterior tenha sido pela transferência ao batalhão da PM, e não pela prisão em casa.

Michelle declarou que permanece unida às filhas e aos enteados para cuidar de Bolsonaro e reconheceu que, embora a Papudinha ofereça estrutura considerada superior à de outras unidades prisionais, "a certeza da injustiça permanece". Ela também pediu apoio aos aliados, mas fez um apelo para

não ser alvo de julgamentos pesados ou rótulos de conotação política, em meio à intensa polarização que cerca o caso e às reações do campo bolsonarista ao encontro que manteve com o ministro que condenou seu marido.

Em postagens nas redes sociais, Michelle pediu aos aliados de Jair Bolsonaro "que não me levem ao tribunal do julgamento pessoal, que não se apressem em me julgar ou a criar rótulos de conotação política. Agimos sempre pedindo o discernimento de Deus".

No campo administrativo, a Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) informou que passou a organizar escalações de plantão para garantir assistência médica integral a Bolsonaro na Papudinha. A unidade conta, originalmente, com atendimento médico apenas durante o dia e em dias úteis. Com a determinação de Moraes para que haja acompanhamento 24 horas por dia, inclusive à noite e aos fins de semana, servidores foram acionados para compor as equipes de plantão.

## Direita dividida

A mudança de local também dividiu reações entre os bolsonaristas. Filho do ex-presidente, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) criticou a medida com uma comparação: "Se fosse com o ex-presidente Michel Temer, Alexandre de Moraes estaria agindo da mesma forma?"

O pastor Silas Malafaia elogiou publicamente a transferência, classificando a Papudinha como "um lugar melhor" para o ex-presidente. Ele atribuiu a mudança à atuação de Michelle Bolsonaro e do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Para Malafaia, trata-se de uma "vitória por etapas", embora tenha reiterado a narrativa de perseguição política e defendido que o objetivo final continue sendo a prisão domiciliar.

A Papudinha é destinada a pessoas com prerrogativas específicas e abriga, no mesmo espaço, outros condenados em processos relacionados aos atos golpistas, como o ex-ministro Anderson Torres e o ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF) Silvinho Vasques. A sala ocupada por Bolsonaro tem cerca de 65m², banheiro, cozinha, lavanderia e área externa privativa, além de cama de casal, armários, geladeira e televisão. A defesa poderá providenciar equipamentos de fisioterapia e adaptações de segurança.

Enquanto a defesa insiste no pedido de prisão domiciliar por razões humanitárias, a transferência e as decisões de Moraes seguem repercutindo no meio político e jurídico. Aliados mantêm críticas ao processo e reforçam o discurso de injustiça, enquanto o STF sustenta que as medidas adotadas atendem às condições legais e de segurança estabelecidas pela Corte.

Hospede-se no **Windsor Marapendi** e  
viva o Carnaval com todo conforto.



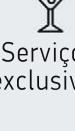
Localização  
privilegiada



Gastronomia  
internacional



Atendimento  
personalizado



Serviços  
exclusivos

Aproveite o evento que abre alas para o maior espetáculo do mundo



**FEIJADA**  
CARNAVALESCA 2026  
WINDSOR BARRA  
14 FEV | 13h às 19h

PARCELE  
EM ATÉ 6X  
SEM JUROS  
Adquira seu ingresso em  
windsortickets.com.br



Reserve agora - [windsorhoteis.com](http://windsorhoteis.com)

## Prazo para SUS explicar emendas

» DANANDRA ROCHA

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino determinou, ontem, que o governo apresente, em até 10 dias úteis, um novo calendário para o encerramento das auditorias sobre emendas parlamentares destinadas à área da saúde. A decisão, proferida por meio de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (APDF), mira o fortalecimento dos mecanismos de controle sobre recursos orçamentários cuja distribuição entre parlamentares cresceu de forma significativa nos últimos anos.

O despacho veio após o Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) encaminhar ao STF um plano de trabalho com previsão de encerramento apenas em 2027. Para o ministro, o prazo é incompatível com a dimensão do problema. Dino deixou claro que as fiscalizações devem ser concluídas ainda durante o atual mandato do Poder Executivo, sob pena de comprometer a transparência e a rastreabilidade exigidas pela Constituição.

Dados apresentados ao Supremo mostram que, de 1.282 prestações de contas analisadas até junho de 2025, 698 apresentaram irregularidades, envolvendo 723 propostas de emendas. O volume de recursos repassados a essas iniciativas supera R\$ 335 milhões, com cerca de R\$ 66 milhões ainda disponíveis em conta no primeiro semestre do ano passado.

### "Parlamentarização"

Na avaliação do relator, a ampliação do peso das emendas parlamentares no orçamento da saúde, que passaram de R\$ 5,7 bilhões em 2016 para uma estimativa de R\$ 26,3 bilhões em 2025, requer um aparato de fiscalização mais eficiente. Dino alertou que a fragmentação das despesas e a chamada "parlamentarização" do SUS elevam o risco de desvios, sobretudo em um cenário marcado por investigações da Polícia Federal sobre fraudes no sistema de saúde nos estados.

"Sem controles e auditorias jamais haverá o adequado

Flávio Dino não aceita esperar até 2027 pela conclusão de auditoria no SUS

**R\$ 26,3  
BILHÕES**

é o montante estimado de recursos do Orçamento da União que os parlamentares destinaram à área da saúde na forma de emendas, em 2025

um custo elevado ao país, ao enfraquecer a fiscalização sobre a aplicação de centenas de bilhões de reais em recursos.

Em outra frente, o ministro fixou prazo de cinco dias para que a Casa Civil informe quais foram as providências adotadas em relação a uma determinação anterior, de novembro, que tratava da uniformização das portarias ministeriais sobre a destinação de emendas parlamentares. Para ele, a diversidade de regras entre os ministérios dificulta a compatibilização das emendas com o planejamento governamental.

### Perse

Dino também reiterou ordem à Advocacia-Geral da União (AGU) para que apresente informações completas sobre o uso de emendas em projetos do Programa Emergencial da Retomada do Setor de Eventos (Perse). O pedido já havia sido feito no ano passado, mas, segundo o ministro, os dados enviados foram insuficientes.